

**Efeitos dos Indicadores de Qualidade da Gestão Pública Municipal nos Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros**

**GERALDO ALEMANDRO LEITE FILHO**

*Universidade Estadual de Montes Claros*

**TÂNIA MARTA MAIA FIALHO**

*Universidade Estadual de Montes Claros*

**Resumo**

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. As variáveis de interesse da pesquisa foram coletadas da base de dados da FIRJAN, sendo o indicador da qualidade da gestão pública municipal o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IRGF e o indicador de desenvolvimento o Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal - IFDM. Foram coletados dados de 5.555 municípios brasileiros classificados em um painel contendo seis séries anuais empilhadas de 2006 a 2011. O método para análise dos dados foi à regressão de dados em painel estático por mínimos quadrados generalizados. Observou-se um cenário de desenvolvimento médio moderado dos municípios e indicadores de qualidade de gestão fiscal pública municipal classificados como gestão em dificuldade, excluindo-se os indicadores custo da dívida e gastos com pessoal, variáveis estas que foram mais observadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal pelos municípios ao longo do tempo. Observou-se que os municípios apresentam oscilações temporais nos investimentos públicos municipais. Verificou-se ainda indícios de interação espacial significativa entre os municípios, sugerindo que os municípios vizinhos se influenciaram. Os resultados das regressões de dados em painel evidenciaram que o desenvolvimento municipal pode ser explicado em 33,75 % pelo conjunto das variáveis de qualidade da gestão pública municipal em conjunto com o PIB per capita municipal. A estimação foi significativa e foram observados coeficientes positivos e significativos para todas as variáveis do modelo de regressão, sendo os sinais dos parâmetros coerentes com as expectativas a priori, validando o resultado de pesquisas anteriores. Conclui-se assim, que há efeitos positivos e significativos entre a qualidade da gestão pública municipal baseados na LRF e indicadores de desenvolvimento municipal.

**Palavras chave:** Gestão fiscal pública municipal, desenvolvimento municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 1. Introdução

Durante anos os municípios brasileiros enfrentaram problemas tais como a inflação elevada, recessão econômica, carência de recursos para investimentos e, no âmbito interno, a ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle dos gastos públicos municipais, fatores estes que impactaram negativamente na gestão e no desempenho econômico e social dos municípios. Além disso, a história da administração pública no Brasil, principalmente em nível municipal, está repleta de exemplos de má gestão de recursos, tendo como agravantes a falta de responsabilidade e compromisso social de alguns gestores públicos, o que colaborou para elevados índices de corrupção e de endividamento, devido, principalmente, à uma ausência de uma regulação mais severa do controle na gestão pública municipal brasileira (Meirelles, 2002; Oliveira, Peter e Meneses, 2010; Sousa *et al.*, 2011; Oliveira e Silva, 2012; Klering, Kruehl e Stranz, 2012; Sousa *et al.*, 2013; Duarte e Lima 2013; Denardi *et al.*, 2014).

Neste contexto, diversas experiências exitosas de outros países no planejamento e controle da gestão pública serviram de referência para o Brasil, no sentido de iniciar o debate e a construção de mecanismos sobre o controle nos gastos públicos e responsabilização dos gestores acerca dos recursos públicos sob a sua guarda (Sousa *et al.*, 2011). O controle da inflação, estabilidade monetária e maior transparência nos resultados fiscais governamentais obtidos a partir do Plano Real, contribuíram também para fortalecer o debate sobre a necessidade de ajustes nas contas públicas e também para a criação de ferramentas para planejamento e controle dos gastos públicos, com uma preocupação em ter uma gestão pública mais eficiente (Matias, Ortolani & Campello, 2002).

Em 04 de maio de 2000 foi sancionada no Brasil a Lei Complementar 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que impôs um maior rigor ao processo de planejamento e execução orçamentária, disciplinando a gestão dos recursos públicos e exigindo uma maior responsabilidade e transparência dos gestores públicos. Tal lei limitou os gastos e endividamentos dos entes, buscou um equilíbrio entre receitas e despesas públicas e o fomento de investimentos prioritários ao desenvolvimento e melhora dos indicadores sociais (Oliveira *et al.*, 2010). Segundo Sousa *et al.*, (2011), quando se trata da gestão pública municipal, a perspectiva da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) torna-se ainda mais relevante, pois diante da municipalização, da escassez de recursos para investimentos e da crescente demanda por serviços sociais, a saber saúde, educação, segurança, lazer, etc. A referida lei teve o objetivo principal de intensificar o controle e a responsabilização dos gestores municipais mediante as contas públicas, objetivando eficiência na alocação de recursos e otimização de custos da máquina pública e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento, direcionando os recursos públicos em investimentos que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Entende-se que a melhora dos indicadores de desenvolvimento está relacionada a uma maior eficiência da gestão pública. A eficiência, considerada um princípio constitucional, pode ser definida, segundo Meirelles (2002), como o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição, e rendimento funcional, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

A busca pela maior eficiência na gestão pública também pauta-se por um maior controle dos gastos públicos e maior transparência na aplicação dos recursos, temas contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Nesta perspectiva, desde a criação da LRF, diversos

estudos foram feitos no sentido de verificar se o cumprimento das suas prerrogativas pelos entes federativos brasileiros impactaram os indicadores de desenvolvimento, principalmente em nível municipal, destacando-se Matias *et al.* (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira *et al.*, (2010); Sousa *et al.*, (2011); Oliveira e Silva (2012); Klering, Kruehl e Stranz (2012); Sousa *et al.*, (2013); Duarte e Lima (2013); Denardi *et al.*, (2014), Leite Filho e Fialho (2014).

Diante do contexto apresentado, o objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na LRF, nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Como objetivos secundários, o trabalho buscou analisar e discutir descritivamente a evolução dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal e a evolução dos indicadores de desenvolvimento municipal, bem como verificar a ocorrência de efeitos espaciais e temporais nos mesmos; verificar a associação geral entre as variáveis bem como verificar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal nos indicadores de desenvolvimento municipal.

Acredita-se ser importante verificar as implicações de indicadores que medem a qualidade da gestão pública municipal, baseada na Lei de Responsabilidade Fiscal nos indicadores de desenvolvimento municipal, para testar a assertiva de que a qualidade da gestão estaria relacionada com a melhoria na qualidade de vida da população. A investigação da entre os indicadores de qualidade da gestão pública e indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros pode contribuir para complementar a discussão e o entendimento de aspectos das finanças públicas municipais, responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal, temas discutidos nos estudos anteriormente feitos.

A principal contribuição do trabalho foi entender até que ponto indicadores de qualidade da gestão pública municipal poderiam explicar os indicadores de desenvolvimento municipal, numa perspectiva de abrangência nacional e temporal de médio prazo, com dados de todos os municípios brasileiros em uma série histórica de seis anos consecutivos.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção discorre sobre os conceitos teóricos de responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal. Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa. A quarta seção apresenta a análise dos resultados encontrados e a quinta seção consiste na conclusão. Em seguida, têm-se as referências.

## **2. Referencial Teórico**

A ação do Estado-nação se efetiva por meio da gestão pública, objetivando viabilizar e garantir direitos, ofertar serviços e distribuir recursos. Nesse processo o principal desafio dos governos e da administração pública é promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, num ambiente de mudanças de paradigmas, que estão impactando de maneira profunda a sociedade, em especial nas áreas socioeconômica, ambiental, cultural e tecnológica. Além da preocupação permanente em elevar o nível do desempenho na gestão pública, devem dedicar especial atenção às questões que envolvem a ética, a moral e a transparência na administração pública (Matias-Pereira, 2012).

Desta forma, buscando maior responsabilidade e transparência na gestão fiscal surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) em um contexto no qual era necessário impor limites e metas numéricas aos gestores da política fiscal, nos vários níveis de governo, a fim de se gerar menores déficits fiscais e menor acúmulo de dívida,

dentre outros resultados sinalizadores de uma atitude fiscal responsável. Desta forma, surgiu no Brasil o conceito de Responsabilidade Fiscal na Gestão pública (Firovante, Pinheiro & Vieira, 2006).

A LRF está apoiada em quatro eixos: Planejamento, no qual são estabelecidas as metas a serem atingidas durante a gestão; transparência, que consiste na ampla divulgação das contas da administração pública; controle, que se refere ao monitoramento realizado tanto pelos órgãos competentes como pela sociedade; e responsabilização, que são as sanções previstas pela lei, em decorrência da má utilização dos recursos públicos (Sousa et al., 2013).

Segundo Viana et al. (2011), é preciso evidenciar a qualidade da gestão pública, principalmente dos gastos públicos, desde que os limites previstos nas legislações não sejam ultrapassados, destacando recursos públicos para a garantia dos direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira. Assim, com intuito de observar o comportamento dos municípios, em relação ao controle de gastos, investimentos e cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição, foram criados indicadores utilizados para medir o desempenho dos municípios no que se refere à gestão pública municipal (Sousa *et al.*, 2013).

Dentre os indicadores, destaca-se o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, desenvolvido pela Gerência de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio da geração e divulgação de indicadores que possibilitem aperfeiçoar as decisões dos gestores municipais quanto à alocação dos recursos públicos, bem como gerar maior controle social da gestão fiscal dos municípios. (Firjan, 2014).

O índice IFGF é construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras – informações de declaração obrigatória, dados de receitas, despesas, ativos e passivos e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da base de dados do FINBRA – Finanças do Brasil. Coleta ainda informações das contas nacionais e do IBGE. A pontuação do índice varia entre os extremos 0 (pior situação) e 1 (melhor situação). Classifica as gestões municipais em quatro categorias de qualidade, sendo: A (Gestão de Excelência, com resultados superiores a 0,8), B (Boa Gestão, entre 0,6 e 0,8), C (Gestão em dificuldade, entre 0,4 e 0,6) e D (Gestão Crítica, abaixo de 0,4).

Klering, Krueel e Stranz (2012) observam que o IFGF da FIRJAN avalia essencialmente indicadores fiscais e inclui na avaliação o indicador Receita Própria, avaliando a capacidade de geração de receita própria dos municípios, variável que está ligada diretamente à capacidade de gestão e nível de desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Oliveira e Silva (2012) entendem que o desenvolvimento econômico municipal é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de qualidade de vida da população. As variáveis renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH apresentam grande aceitação na literatura como importantes indicadores para avaliação do nível de desenvolvimento de um município, localidade região ou país. Asseveram que, embora a renda seja um relevante indicador, apontam-se outros aspectos ligados à qualidade de vida, tais como saúde, educação como variáveis chave na medição do desenvolvimento municipal. Apesar dos estudos realizados no Brasil associarem a questão do desenvolvimento às variáveis de renda, Costa (2011) entende que ela seja subdimensionada, pois a dimensão renda corresponde a apenas um dos parâmetros referentes à situação dos indivíduos na sociedade. O IDH, por outro lado, como importante instrumento de medição do desenvolvimento, tem a vantagem de abordar as variáveis educação e saúde, mas apresenta

uma limitação temporal para avaliar os municípios em séries temporais por ser um indicador deceitual (Oliveira & Silva, 2012).

Siedenberg (2003) enfatiza que a política de desenvolvimento municipal se baseia em indicadores, pois, é por meio deles que se analisa e se avalia os pontos fortes e fracos, assim como o sucesso ou fracasso de uma estratégia de desenvolvimento de uma cidade ou região. Desta forma, afirma que a utilização de indicadores em séries temporais históricas regulares é necessária para permitir análises e comparações municipais inter ou intra-regionais.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico municipal ao longo de séries históricas anuais. O IFDM apresenta semelhanças com o IDH-M, pois acompanham as três áreas de interesse deste: renda, educação e saúde, utilizando-se exclusivamente de estatísticas oficiais (Ervilha, Alves & Gomes, 2013).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), administrado pela FIRJAN, monitora anualmente o desenvolvimento dos municípios do Brasil nas áreas emprego e renda, educação e saúde, com base nas informações disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. A variação do IFDM é de 0 a 1, considerando-se que quanto mais próximo de 1 estiver o município, maior é o seu desenvolvimento. Classifica o nível de Desenvolvimento municipal em Muito Alto (0,9001 a 1,0), Alto (0,8001 a 0,9), Moderado (0,6001 a 0,8), Regular (0,4001 a 0,6) e Baixo (0 a 0,4) (Firjan, 2014; Souza et al., 2013).

### **3. Abordagem Metodológica**

Caracteriza-se esta pesquisa, quanto à abordagem do problema de natureza de avaliação quantitativa de dados, e quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva com análise documental, uma vez que foi realizado um levantamento documental com coleta, tratamento análise e interpretação de dados secundários.

As variáveis de interesse da pesquisa foram coletadas da base de dados da FIRJAN, disponíveis no endereço eletrônico da FIRJAN. Como variável para medir a qualidade da gestão pública municipal foi utilizado o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF subdividido nas seguintes dimensões: IFGF Receita Própria; IFGF Gastos com Pessoal; IFGF Investimentos; IFGF Liquidez e IFGF Custo da Dívida. A variável para a medida do desenvolvimento municipal foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), sendo uma função dos subíndices IFDM Emprego e Renda, IFDM Educação e IFDM Saúde. As variáveis IFGF e IFDM foram coletadas de forma fidedigna, sem qualquer alteração ou correção, apresentando-se como variáveis quantitativas contínuas. Como variável de controle de renda dos municípios, utilizou-se o logaritmo do PIB Per Capta Municipal, que foi coletada da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para todos os municípios brasileiros e foi corrigida em valores de 2011. O quadro 1 apresenta a definição conceitual das variáveis utilizadas na pesquisa.

O universo da pesquisa foi definido como todos os 5.570 municípios brasileiros. Os municípios selecionados para a pesquisa foram aqueles que tiveram os indicadores IFGF e IFDM calculados anualmente pela FIRJAN, anos de referência 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Observou-se que alguns municípios brasileiros não tiveram os indicadores IFGF calculados, em função de falta ou informações incorretas.

## Contabilidade e Controladoria no Século XXI

Tipo	Variável	Descrição
Dependente	IFDM – índice FIRJAN de desenvolvimento municipal	Avalia o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros, sendo uma função de três sub índices: Emprego e renda, Educação e Saúde. Calculado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.
Regressor – Variável Independente	IFGF – índice FIRJAN de Gestão Fiscal – Receita Própria	Avalia o grau de autonomia das receitas dos municípios, relacionando Receita Própria (RP) / Receita Corrente Líquida (RCL). Para municípios que geraram até 50 % da relação RP / RCL recebem nota máxima, 1, os demais recebem nota proporcional entre 1 e 0. Para os que não geraram nada, nota zero.
Regressor – Variável Independente	IFGF – índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Gastos com pessoal	A LRF limitou gastos com pessoal em 60 % da RCL. Este indicador avalia o comprometimento das RCL com os gastos de pessoal (GP). Municípios que superam 60 % da relação GP/RCL recebem nota zero, com relação menor que 30 %, recebem nota 1, os demais recebem notas proporcionais entre 1 e 0. Quanto mais próximo de um melhor, menor o comprometimento do orçamento municipal com GP.
Regressor – Variável Independente	IFGF – índice FIRJAN de Gestão Fiscal – Investimentos	Visa medir a capacidade dos investimentos públicos no orçamento municipal. Relaciona o Investimento (I) / Receita Corrente Líquida (RCL). Para municípios com esta relação acima de 20 %, nota 1, para os demais proporcionalmente variando de 1 a 0.
Regressor – Variável Independente	IFGF – índice FIRJAN de Gestão Fiscal – Liquidez	A LRF estabeleceu que no último ano de mandato que a gestão municipal possua recursos financeiros suficientes para fazer frente ao montante de restos a pagar. Assim, o indicador mede a relação dívidas e ativos financeiros ( 1 – (Restos a Pagar/Ativos Financeiros)). Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, menos o município está postergando pagamentos sem cobertura, melhor sua situação de liquidez.
Regressor – Variável Independente	IFGF – índice FIRJAN de Gestão Fiscal – Custo da Dívida	Avalia o peso dos encargos da dívida em relação às receitas líquidas. Conforme resolução 43 do Senado Federal, a relação Dívidas / Receitas Líquidas tem o limite de 13 %. Para municípios com relação maior que 13 %, recebem nota 0, para os demais, notas escalonadas variando de 0 a 1. Quanto menor a relação, maior o índice.
Regressor – Variável de controle	PIB Per Capta Municipal	Fornece o valor adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços, a preços correntes, através de um processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais obtido para cada Unidade da Federação.

Quadro 1 – Descrição das variáveis usadas na pesquisa

Foram obtidas 33330 observações válidas, distribuídos em uma amostra de 5.555 municípios com informações completas de todos os indicadores de interesse da pesquisa, correspondendo a 99,73 % do universo do estudo, classificados em um painel de dados contendo 6 séries anuais empilhadas. Os municípios excluídos foram aqueles que não enviaram as informações ou que as informações estavam incompletas, não sendo possível o cálculo dos indicadores de interesse da pesquisa pela FIRJAN. Foi possível, portanto, analisar em um só modelo o comportamento conjunto das variáveis, IFGF e IFDM, para todas as observações, no período pesquisado, especificado através de dimensões municipais e anuais.

O método para análise dos dados foi à regressão de dados em painel estático. Dados em Painel ou dados longitudinais são caracterizados por possuírem observações em duas dimensões que em geral são o tempo e o espaço (Gujarati, 2006). Os modelos de regressão de dados em painel estático foram processados nas três abordagens: Efeito *pooling*, efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA) (Wooldridge, 2002; Gujarati, 2006). O modelo geral usado para verificar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal nos municípios brasileiros é relatado a seguir, pela seguinte equação:

$$IFDM_{it} = \alpha_i + \beta_0 * IFGF \text{ Receita Própria}_{it} + \beta_1 * IFGF \text{ Gastos com Pessoal}_{it} + \beta_2 * IFGF \text{ Investimentos}_{it} + \beta_3 * IFGF \text{ Liquidez}_{it} + \beta_4 * IFGF \text{ Custo da Dívida}_{it} + \beta_5 * \text{PIB Municipal}_{it} + \mu_i + \eta_{it}$$

com  $i = 1, \dots, N$  e  $t = 1, \dots, T$ .

Com relação aos critérios de confiabilidade, os dados para cálculo dos indicadores IFGF e IFDM foram coletados de forma autêntica, sem alterações, da base de dados da FIRJAN. Tais indicadores foram usados em estudos anteriores, destacando-se Oliveira e Silva (2012); Klering, Krueel e Stranz (2012); Sousa *et al.*, (2013); Duarte e Lima (2013). Os dados foram organizados em uma planilha eletrônica e, posteriormente, tratados e analisados por meio do software Stata 11.0.

#### 4. Hipóteses da Pesquisa

Apesar de o presente trabalho não separar os municípios por tamanho (território e população), preocupou-se em verificar, antes de se processarem as regressões de dados em painel, se haveriam efeitos de interação espacial ou efeitos espaciais entre os municípios brasileiros e se tal efeito seria mais significativo do que os próprios efeitos temporais dos dados em painel. Na literatura, segundo Brueckner (2003), a interação espacial entre municípios refere-se ao fato de que um determinado município imita o padrão de gastos dos seus vizinhos com o objetivo de sinalizar a sua competência para o seu eleitorado (Besley 1995) ou atuaria como um difusor de investimentos, por exemplo. Nesse caso específico, o município que aumenta gastos em determinada área, por exemplo, o setor de saúde, pode fazer com que seus vizinhos reduzam os gastos nesse mesmo setor, pois o investimento naquela região não seria mais necessário (Case *et al.*, 1993). Assim, conforme Brueckner (2003), Besley (1995) e Case *et al.* (1993), parte-se do pressuposto que exista esta interação espacial entre os municípios da amostra e que este efeito é mais significativo do que o efeito temporal dos indicadores. Assim, estabeleceu-se a seguinte hipótese:

H1. O efeito espacial (interação espacial entre os municípios) foi mais significativo do que a influência temporal entre as variáveis da pesquisa.

O principal propósito da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi disciplinar os gastos e proporcionar maior qualidade na gestão das entidades públicas brasileiras. Entende-se que o cumprimento dos seus preceitos proporcionaria elevação nos indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento dos municípios, enfatizando a eficiência dos gastos e investimentos necessários ao próprio desenvolvimento econômico e social. Assim, parte-se do pressuposto que aumentos nos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados nos preceitos da LRF, causariam melhoras nos indicadores de desenvolvimento, baseando-se esta premissa nos resultados dos estudos de Matias *et al.* (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira *et al.*, (2010); Sousa *et al.*, (2011); Oliveira e Silva (2012); Klering, Krueel e Stranz (2012); Sousa *et al.*, (2013); Duarte e Lima (2013); Denardi *et al.*, (2014); Leite Filho e Fialho (2014). Neste sentido, estabeleceram-se as seguintes hipóteses:

H2. Há relação positiva e significativa entre cada um dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados na LRF, e o indicador de desenvolvimento municipal.

H3. Há influência positiva e significativa no conjunto dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal no desenvolvimento dos municípios brasileiros. Municípios com melhores indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados nos preceitos da LRF, teriam melhores indicadores de desenvolvimento municipal.

Entende-se que não apenas a qualidade da gestão pública explicaria o desenvolvimento municipal, sendo necessária a inclusão de outras variáveis que representem localização, influência política, renda, distância em relação à capital, altitude, nível de população rural, receita tributária, despesa com pessoal, despesa com saúde e saneamento, investimentos, gastos com indústria e comércio e outras, apresentadas por Scarpin e Slomisk, (2006) para a realidade brasileira. Contudo, o presente estudo avaliou apenas a qualidade da gestão pública municipal e optou-se por inserir uma variável de renda municipal como de controle. A variável renda, representada pelo logaritmo do PIB Per capita municipal é um indicador de renda apontada por alguns autores como significativa na explicação do desenvolvimento econômico municipal (Deininer & Squire, 1998; Ravallion & Chen, 1997; Easterly, 1999; Dollar & Kraay, 2002). Contudo, outros autores sugerem que existe também um paradoxo no qual nem sempre aumento na riqueza municipal, traduzida em aumentos no PIB, não necessariamente é traduzida em melhorias nas condições de saúde, educação, segurança, lazer e desenvolvimento econômico e social municipal (Alesina & Rodrick, 1994; Alesina & Perotti 1996). Por outro lado, segundo estudo de Taques e Mazutti (2010), o nível de renda per capita das unidades federativas brasileiras influenciou positivamente o indicador de desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo. Dentro deste contexto, parte-se do pressuposto que o PIB per capita municipal ou a riqueza municipal influenciaria o indicador de desenvolvimento municipal. Assim, estabeleceu-se a seguinte hipótese:

H4: Há efeitos positivos e significativos entre o PIB Municipal e o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Municípios mais ricos (em termos de PIB) teriam melhores indicadores de desenvolvimento municipal.

As hipóteses da pesquisa foram testadas da seguinte forma: H1 com análise descritiva e análise da variação *within* e *between* dos indicadores, H2 com matriz de correlação, H3 com regressão de dados em painel e H4 com matriz de correlação e com regressão de dados em painel.

#### **4. Resultados e Discussão**

Inicialmente processou-se uma análise descritiva das variáveis de interesse da pesquisa com os objetivos de verificar medida de tendência central e dispersão e também verificar se as variações entre os municípios (*Between*) foram maiores ou menores que as variações ao longo do tempo (*Within*), ou seja, se o efeito espacial (interação espacial entre os municípios) fora mais evidente do que o efeito temporal nos indicadores dos municípios. A tabela 1 apresenta os resultados.

Observou-se uma média geral de 0,6283 do IFDM com variabilidade de 16,78 %, classificado como desenvolvimento médio moderado. Com relação aos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, as maiores médias foram observadas nos indicadores IFGF - Custo da Dívida com média de 0,7996 e variabilidade de 21,73% e IFGF - Gastos com Pessoal 0,6342 com variabilidade de 30,00% classificados como indicadores médios de Boa

## Contabilidade e Controladoria no Século XXI

Gestão. Os indicadores IFGF - Liquidez (Média de 0,5676 e variabilidade de 65,62%) e IFGF - Investimentos (Média de 0,5563 e variabilidade de 50,62%) foram classificados em Gestão em Dificuldade. Já o indicador IFGF - Receita Própria (Média de 0,2344 e variabilidade de 81,27%) apresentou-se com menor média e maior desvio padrão, denotando Gestão Crítica.

Variáveis		Média	Desv.Pad	CV	Min	Max
IFDM	Overall	0,6283	0,1054049	16,78%	0,2553417	0,9524284
	Between		0,981316			
	Within		0,0410884			
Receita Própria	Overall	0,234452	0,1905306	81,27%	0,0021108	1
	Between		0,1624981			
	Within		0,0981763			
Gastos c/ pessoal	Overall	0,6342815	0,1903263	30,01%	0	1
	Between		0,1355701			
	Within		0,1351785			
Investi-mentos	Overall	0,556272	0,281599	50,62%	0	1
	Between		0,1791462			
	Within		0,2185334			
Liquidez	Overall	0,5675127	0,3724785	65,63%	0	1
	Between		0,2647619			
	Within		0,2634557			
Custo da Dívida	Overall	0,7995585	0,1738581	21,74%	0	1
	Between		0,1271452			
	Within		0,1190457			
PIB Per capta	Overall	11,72971	1,388055	11,83%	8,678121	20,04601
	Between		1,339134			
	Within		0,3408259			

Tabela 1 – Resultados da análise descritiva das variáveis

De uma maneira geral, a perspectiva temporal dos municípios brasileiros de 2006 a 2011 é de desenvolvimento moderado, o que já se era esperado em se tratando de um país em desenvolvimento, conforme Oliveira e Silva (2012). Apesar de Matias, Ortolani e Campello, (2002) discutirem que há uma preocupação em ter uma gestão pública mais eficiente, os resultados das médias gerais apontaram indicadores de qualidade de gestão pública em dificuldade e com gestão crítica. Por outro lado, as médias gerais das variáveis IFGF - Custo da Dívida e IFGF - Gastos com Pessoal, foram classificadas como indicadores de Boa Gestão, uma vez que devem ser mais observadas pela imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, denotando-se que houve uma atenção maior por parte dos gestores públicos municipais com os limites de gastos com despesas e custos de pessoal e com a gestão do endividamento, corroborando Sousa *et al.* (2011) que discutem o papel efetivo da LRF no

controle nos gastos públicos municipais e a responsabilização dos gestores acerca dos recursos públicos sob a sua guarda.

Com relação aos efeitos espacial e temporal, as variáveis que demonstraram maior variação entre os municípios (*between*) foram o IFDM, IFGF - Receita Própria, IFGF - Liquidez, IFGF - Custo da dívida e o PIB Per Capta, o que reflete a heterogeneidade existente entre os municípios brasileiros. Para estes indicadores, sugere-se uma interação espacial mais evidente e significativa do que os efeitos temporais entre os municípios. Observou-se que a variável IFGF - Investimentos foi a única que apresentou uma variação temporal maior do que a interação espacial ao longo do tempo (*within*) o que sugere oscilações temporais dos investimentos municipais, corroborando o trabalho de Orair, Gouveia e Leal (2014) em que confirmam Investimentos públicos em períodos cíclicos cujas trajetórias coincidem com períodos antes das eleições. Outro resultado demonstrou que os indicadores IFGF - Gastos com pessoal e IFGF - Liquidez apresentaram variação espacial e temporal bem próximas, confirmando os resultados da análise descritiva, reforçando serem estas variáveis mais observadas no cumprimento dos pressupostos da LRF (Sousa *et al.*, 2011). Assim, diante dos resultados, aceitou-se a hipótese H1 para todas as variáveis da pesquisa, excluindo-se o IFGF - Liquidez, de que há um efeito espacial (interação espacial entre os municípios) mais significativo do que a influência temporal entre as variáveis da pesquisa, ou seja, os municípios se influenciam, corroborando Brueckner (2003), Besley (1995) e Case *et al.* (1993).

Os resultados da matriz de correlação evidenciaram a associação geral entre cada uma das variáveis da pesquisa, conforme apresentado na tabela 2.

	IFDM	1	2	3	4	5	6
IFDM	1						
1. Receita Própria	0,5041	1					
2. Gastos com pessoal	0,1115	0,0701	1				
3. Investimentos	0,1179	0,0743	0,2266	1			
4. Liquidez	0,2182	0,1717	0,1872	0,1384	1		
5. Custo da Dívida	0,0109	-0,1044	0,1115	0,1136	0,1023	1	
6. PIB Per Capta	0,4939	0,6193	-0,0133	0,0089	0,0963	-0,1443	1

Todas as Correlações foram significativas a 0,01

Tabela 2 – Matriz de correlação entre as variáveis da pesquisa

As variáveis que apresentaram maior correlação com o IFDM foram o IFGF - Receita Própria e o PIB Per Capta Municipal. As outras variáveis apresentaram baixas correlações, porém, positivas e significativas a 0,01. A variável PIB Per Capta mostrou-se correlacionada de forma negativa e significativa com o IFGF - Gastos com Pessoal e com o IFGF - Custo da Dívida. Esperava-se uma correlação positiva, pois, segundo Avelino, Bressan e Cunha (2013) as despesas correntes, como é o caso de despesas de pessoal, teriam impacto positivo na renda municipal. O resultado negativo com a variável custo da dívida sugere que uma parte da renda municipal poderia estar sendo financiada com empréstimos. Com base nos resultados da matriz de correlação, aceitou-se a hipótese H2 que existe relação positiva e significativa entre cada um dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados na LRF, e o indicador de desenvolvimento municipal validando assim os achados dos estudos de Matias *et al.* (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira *et al.*, (2010); Sousa *et al.* (2011);

Oliveira e Silva (2012); Klering, Krueel e Stranz (2012); Avelino, Bressan e Cunha (2013); Sousa et al., (2013); Duarte e Lima (2013); Denardi *et al.* (2014), Leite Filho e Fialho (2014) na perspectiva de que o cumprimento das prerrogativas da LRF, refletidas nos indicadores de qualidade da gestão pública estão associados a melhores níveis de desenvolvimento municipal.

Para verificar os efeitos dos indicadores de gestão pública municipal no indicador de desenvolvimento municipal foi processada inicialmente regressão linear múltipla com dados empilhados onde se avaliou os principais pressupostos teóricos de um modelo de regressão. Para testar a multicolinearidade da regressão de dados em painel, foi usada a estatística *Variance Inflation Factor for the independent variables* (VIF). Os resultados do teste, aliados a análise da matriz de correlação, sugeriram ausência de multicolinearidade. Outro teste verificou a normalidade dos resíduos. Optou-se pela realização do teste de normalidade procedendo a uma análise gráfica do ajuste dos resíduos e verificou-se uma distribuição aproximadamente normal, conforme densidade de estimativa de Kernel. Ao plotar o gráfico, verificou-se que os resíduos seguiram uma distribuição aproximadamente normal. Verificou-se ainda a Autocorrelação Serial de dados em painel pelo teste de Wooldridge (Prob > F, 0,0000) e a heterocedasticidade de dados em painel pelo teste de Wald (Prob > chi2, 0,0000). Tais resultados sugeriram que há autocorrelação serial e os dados são heterocedásticos.

Optou-se por processar as regressões de dados em painel de forma robusta, para correção dos efeitos da Autocorrelação Serial e a heterocedasticidade de dados em painel. Foram processadas três modelos de regressão de dados em painel, com as estimativas MQG, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios, cujos resultados são descritos a seguir na tabela 3:

Variáveis / modelos	MQG		EA		EF	
	Coefficiente	P-Value	Coefficiente	P-Value	Coefficiente	P-Value
Intercepto	0,2437444	0,0000	0,355106	0,0000	0,5411044	0,0006
IFGF - Receita Própria	0,1596903	0,0000	0,0419568	0,0000	0,0071784	0,0000
IFGF -Gastos pessoal	0,0308188	0,0000	-0,0268069	0,0000	-0,0399736	0,0000
IFGF -Investimentos	0,0226707	0,0000	0,0077183	0,0000	0,0062767	0,0000
IFGF -Liquidez	0,0327692	0,0000	0,0087124	0,0000	0,0047947	0,0000
IFGF -Custo da Dívida	0,0237982	0,0000	0,0016208	0,4480	-0,0017177	0,4200
PIB Per Capta Mun.	0,0236508	0,0000	0,0227828	0,0000	0,009047	0,0000
R2 Ajustado	0,3374		0,3353		0,2268	
Prob > F ou Prob > Chi2	0,0000		0,0000		0,0000	
Observações	33330		33330		33330	
Grupos	5555		5555		5555	

Tabela 3 – Resultados das regressões de dados em painel estimações por MQG, EF e EA.

Para se verificar qual das estimativas de regressão (MQG, EA e EF) apresentam os melhores resultados para estudar os efeitos dos indicadores de gestão pública municipal no desenvolvimento municipal procedeu-se a testes de especificação. Segundo Gujarati (2006, p.524) se o N (unidades de corte transversal) for pequeno, e neste caso são cinco variáveis e o T grande (número de observações), neste caso foram 33330 observações, entendeu-se então

que haveria diferenças significativas entre os modelos de regressão e a escolha foi feita por conveniência computacional. Neste caso, os dados se enquadram nas observações de Gujarati. Para se comparar o modelo de estimação por MQG com o EA utilizou-se o teste do Multiplicador de Lagrange de Breusch e Pagan (LM). Os resultados do teste, para um  $\chi^2 = 0,07$  e  $\text{Prob} > \chi^2 = 0,9658$  sugeriram que os estimadores por MQG foram mais eficientes que os estimadores EA. Processou-se o teste de Chow para se comparar o modelo de estimação MQG com o EF. Para um  $F(6, 5555) = 77,29$  e  $\text{Prob} > F = 0,0000$  aceitou-se a hipótese que os estimadores por MQG foram mais eficientes do que EF. Para se comparar o modelo de estimação por EA com EF utilizou-se o teste de Hausman. Os resultados do teste, para um  $\chi^2 = 2316,57$  e  $\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$  sugeriram que os estimadores por EF são mais eficientes que os estimadores EA. Assim, conforme os resultados dos testes computacionais sugeridos por Gujarati, o modelo de regressão escolhido foi o MQG.

Os resultados das estimações por MQG evidenciaram que o desenvolvimento municipal pode ser explicado em 33,75 % pelo conjunto das variáveis de qualidade da gestão pública municipal e o PIB per capita. A estimação foi significativa a 0,01 (teste F) e foram observados coeficientes positivos e significativos a 0,01 para todas as variáveis do modelo de regressão, sendo os sinais dos parâmetros coerentes com as expectativas a priori, confirmando os resultados da matriz de correlação.

Verificou-se que o IFGF – Receita Própria foi a variável que apresentou maior coeficiente positivo e significativo na relação com o IFDM, denotando que tal indicador é a principal variável no modelo que explica o desenvolvimento municipal. Apesar de ser uma característica da maioria dos municípios brasileiros um baixo percentual de geração de receitas próprias (Klering, Krueel & Stranz, 2012), o resultado corrobora os autores citados que observam a receita própria ligada diretamente à capacidade de gestão e nível de desenvolvimento econômico e social dos municípios. Apesar de esta variável apresentar a maior variabilidade (81,27%) e o maior intervalo (0,02 a 1,00) se comparada aos demais indicadores, os resultados evidenciaram que a gestão de tal variável influenciou diretamente o desenvolvimento dos municípios. Tal resultado vai de encontro ao trabalho de Avelino, Bressan e Cunha (2013), onde verificaram uma associação negativa entre as Transferências Correntes e o desenvolvimento dos municípios brasileiros, sugerindo que quanto menos receita própria gerada pelos municípios, maior a dependência de recursos via transferências e menores indicadores de desenvolvimento municipal.

A variável IFGF – Custo da Dívida apresentou coeficiente positivo e significativo a 0,01, validando a análise de correlação e evidenciando que o bom gerenciamento das dívidas, exigido pela LRF contribuiu para melhoras nos indicadores de desenvolvimento. Pela análise descritiva o indicador evidenciou que, na média, os gestores públicos procuraram gerenciar a relação Encargos da dívida / Receitas Líquidas, mesmo apesar baixa capacidade de receita própria. Assim, os resultados encontrados podem ser explicados por Avelino, Bressan e Cunha (2013) onde afirmam que a economia de recursos municipais para pagamento de juros da dívida podem ser investidos em áreas como saúde, educação e emprego e tenderia a melhorar o nível de desenvolvimento do município.

A variável IFGF – Investimentos apresentou coeficiente positivo e significativo a 0,01 com o IFDM. Tal resultado corrobora Avelino, Bressan e Cunha (2013), pois, segundo os autores, maiores gastos com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis, equipamentos e material permanente tendem a culminar em uma melhora nos índices de desenvolvimento municipal. A característica desta variável, apresentada na análise descritiva, é que a relação média Investimentos/Receita corrente líquida é heterogênea entre os

municípios e com variabilidade de 50,62 %. Tais resultados sugeriram baixo nível de investimentos, talvez provocados pela baixa capacidade de geração de recursos próprios e limites de endividamento e que são geralmente feitos em períodos esporádicos, corroborando Orair, Gouveia e Leal (2014).

A variável IFGF – Liquidez apresentou coeficiente positivo e significativo a 0,01 com o IFDM demonstrando que a imposição da LRF quanto à gestão de recursos financeiros e disponibilidades teve impacto positivo no desenvolvimento, corroborando Oliveira et al., (2010); Costa (2011); Oliveira e Silva (2012); Avelino, Bressan e Cunha (2013); Duarte e Lima (2013); Ervilha, Alves e Gomes, (2013); Souza *et al.* (2013); Denardi *et al.* (2014).

A variável IFGF – Gastos com pessoal apresentou-se coeficiente positivo e significativo a 0,01 com o IFDM, o que já era esperado, validando os resultados da matriz de correlação. Corroborando as assertivas de Matias *et al.* (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira *et al.*, (2010); Sousa *et al.*, (2011); Leite Filho e Fialho (2014) de que o cumprimento dos pressupostos da LRF, quanto menor o comprometimento do orçamento público municipal com os gastos com pessoal, dentro dos limites previstos na lei, melhores condições financeiras, sobrando recursos para financiar investimentos geradores de desenvolvimento.

Diante dos resultados da regressão de dados em painel, aceitou-se a hipótese H3 de que houve influência positiva e significativa dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal no desenvolvimento dos municípios brasileiros, destacando-se principalmente a variável IFGF – Receita Própria. Todas as demais variáveis apresentaram coeficientes positivos e significativos, sugerindo que os municípios com melhores indicadores de qualidade da gestão pública municipal, indicadores IFGF, baseados nos preceitos da LRF, teriam melhores indicadores de desenvolvimento econômico. Tais pressuposições corroboraram os trabalhos de Matias *et al.* (2002); Resende, Slomski e Corrar (2005); Oliveira *et al.* (2010); Sousa *et al.* (2011); Oliveira e Silva (2012); Klering, Kruehl e Stranz (2012); Sousa *et al.* (2013); Duarte e Lima (2013); Denardi *et al.* (2014), Leite Filho e Fialho (2014)

Esperava-se que a variável PIB Per Capta apresentasse elevado coeficiente positivo e significativo na explicação da relação entre o IFDM e a qualidade da gestão pública municipal. Sendo variável de controle de renda per capita municipal, tal assertiva baseou-se na análise de correlação, pois se apresentou com o segundo maior coeficiente de correlação ( $r = 0,4939$ ), com um poder de explicação individual ( $r^2$ ) de 24,39 %, embora, no conjunto da relação com as demais variáveis com o IFDM no modelo de regressão, tenha apresentado um dos coeficientes mais baixos, foi positivo e significativo a 0,01. Tais resultados sugeriram a aceitação da hipótese H4 da pesquisa, reforçando a ideia de que o PIB per capita municipal exerceu efeitos positivos e significativos sobre a variável de desenvolvimento municipal, sugerindo, embora não tão forte como o indicador de Receita Própria, que municípios com maiores PIB per capita teriam melhores indicadores de desenvolvimento municipal. Tais resultados confirmam os estudos de Deininer e Squire, (1998); Ravallion e Chen, (1997); Easterly, (1999); Dollar e Kraay, (2002), Taques e Mazutti, (2010).

## 5. Conclusão

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na LRF, nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Por meio da análise descritiva dos dados, a perspectiva temporal dos municípios brasileiros de 2006 a 2011 é de desenvolvimento médio moderado e indicadores de qualidade de gestão fiscal pública municipal foram considerados de gestão em dificuldade a crítica, excluindo-se o custo da dívida e gastos com pessoal, variáveis que são mais observadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal pelos municípios ao longo do tempo. Observou-se que os municípios apresentam oscilações temporais nos investimentos públicos municipais. Verificou-se ainda indícios de interação espacial entre os municípios, ou seja, os municípios vizinhos se influenciam.

A análise de correlação demonstrou que os municípios poderiam estar se endividando para financiar os níveis de desenvolvimento, informação esta confirmada pela relação negativa e significativa entre esta variável e o IFGF – Receita Própria e o PIB Per Capta Municipal. Os resultados sugerem que a não geração de receita própria por alguns municípios poderia estar relacionada com o aumento do endividamento do mesmo. Concluiu-se que, para todas as variáveis componentes do IFGF, existe relação positiva e significativa entre cada um dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados na LRF, e o indicador de desenvolvimento municipal, sugerindo associação de causa e efeito entre os mesmos.

Os resultados das regressões de dados em painel evidenciaram que o desenvolvimento municipal pode ser explicado em 33,75 % pelo conjunto das variáveis de qualidade da gestão pública municipal em conjunto com o PIB per capita municipal. A estimação foi significativa e foram observados coeficientes positivos e significativos para todas as variáveis do modelo de regressão, sendo os sinais dos parâmetros coerentes com as expectativas a priori, corroborando os resultados da matriz de correlação. Conclui-se assim, que há efeitos positivos e significativos entre a qualidade da gestão pública municipal baseados na LRF e indicadores de desenvolvimento municipal.

Como sugestões para estudos futuros espera-se que se possa continuar nesta investigação ao longo dos anos, bem como verificar se as diferenças regionais, estaduais, proximidade à capital, representação política e variáveis demográficas e econômicas, influenciariam os indicadores de qualidade da gestão pública municipal bem como o desenvolvimento municipal.

## Referências

- Alesina, A.; Perotti, R. (1994). The political economy of growth: a critical survey of the recent literature. *World Bank Economic Review*, 12(1), 11-30.
- Alesina, A.; Rodrik, D. (1994). Distributive politics and economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 119, (2), 19-34.
- Brasil (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 82, 5 maio 2000. Recuperado de <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/05/2000&jornal=1&pagina=82&totalArquivos=152>
- Avelino, B. C.; Bressan, V. G. F.; Cunha, J. V. A. da (2013). Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras. *REPeC*, 7, (3), 274-290.
- Besley, T. (1995), Property rights and investment incentives: Theory and evidence from Ghana. *Journal of Political Economy*, 103,(1), 903-937

- Brueckner, J. K. (2003). Strategic interaction among governments: An overview of empirical studies, *International Regional Science Review*, 26, (2), 175-188.
- CNM - Conselho Nacional dos Municípios (2014). Recuperado de <http://www.cnm.org.br/>  
Acesso em 14/05/2014.
- Case, A., Rosen, H. S. & Hines, J. R. (1993). Budget spillovers and fiscal policy interdependence: evidence from the states., *Journal of Public Economics*. 52,(1), 285-307.
- Costa, I. S. (2011). *Gasto público e desenvolvimento socioeconômico: uma análise dos municípios de estado do Paraná* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.
- Denardi, R. A., Henderikx, E. M. G. J., Castilhos, D. S. B de., & Bianchini, V. (2014). *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná*. Recuperado de [http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen\\_fatores.pdf](http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/desen_fatores.pdf)
- Deininger, K.; Squire, L. (1998). New ways of looking at the olds issues: inequality and growth. *Journal of Development Economics*, 57, (2), 259-287.
- Dollar, D.; Kraay, A. (2002). Growth is good for the poor. *Journal of Economic Growth*, v. 7, (3), 195-225.
- Duarte, A. & Lima, D. (2013, 21 de setembro). *Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais dos municípios*. Recuperado de <http://www.oglobo.globo.com/pais/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540?service=print>
- Ervilha, G. T. Alves, & F. F.; Gomes, A. P. (2013). Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. *Revista Bahia Análise & Dados*, 23, (3), 553-566.
- Easterly, W. (1999). Life during growth: international evidence on quality of life and per capita income. *Journal of Economic Growth*, 4, (1), 254-271.
- Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014). Recuperado de <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9234D9BDA01234E532B007D5D.htm>  
Acesso em 13/02/2014
- Firovante, D. G., Pinheiro, M. M. S. & Vieira, R da S. (2006). *Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: Impactos sobre despesa com pessoal e endividamento*. IPEA. Recuperado de [http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4803:td-1223-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-financas-publicas-municipais-impactos-sobre-despesas-com-pessoal-e-endividamento&catid=308:2006&directory=1](http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4803:td-1223-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-financas-publicas-municipais-impactos-sobre-despesas-com-pessoal-e-endividamento&catid=308:2006&directory=1)
- Hair Jr., J. F., Black, R. E. & Anderson, R. L. T. (2005). *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.
- IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (2013). Disponível em <http://www.iets.org.br/projeto/desenvolvimento-com-justica-social-uma-agenda-para-os-municipios>. Acesso em 26/11/2014.
- Klering, L. R., Kruegel, A. J. & Stranz, E. (2012). Os pequenos municípios do Brasil – uma análise a partir de índices de gestão. *Análise – Revista de Administração da PUCRS*, 23, (1), 31-44.
- Klering, L. R., Stranz, E. & Gobetti, S. W. Avaliação da Gestão dos Municípios do Brasil pelo IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social – 2002 a 2006. *Revista Redes*, 12, (2), 196-217.
- Leite Filho, G. A. & Fialho, T. M. M. (2014) Associação entre Indicadores de Gestão Pública municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil, 14.

- Matias, A. B., Ortolani, F. & Campello, C. A. G. B. (2002). A relação (in)existente entre a responsabilidade fiscal e responsabilidade social nos municípios paulistas. Anais do Assembly of the latin american council of college of business administration – CLADEA, Porto Alegre, Brasil, 37.
- Matias-Pereira, J. (2012). *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Meirelles, H. L. (2002). *Direito administrativo brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Saraiva,
- Mendes, M. (2011, 28 junho). *Porque é importante controlar o gasto público?* Recuperado de <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/06/28/por-que-e-importante-controlar-o-gasto-publico/>
- Oliveira, M. de J. & Silva E. A. (2012). Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG. Anais do Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg. Salvador, Brasil, 5.
- Oliveira, F. H., Peter, M. G. A. & Meneses, A. F.(2009). Lei de responsabilidade fiscal: Implicações nos indicadores sociais municipais. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil, 9.
- Orair, R. O.; Gouvêa, R. R.; Leal, E. M. (2014). Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas. Texto para discussão: 1999. IPEA.
- Rezende, A. J., Slomski, V. & Corrar, L.J. (2005). A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, 1, (1), 24-40.
- Ravallion, M.; Chen, S. (1997). What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty? *World Bank Economic Review*, 11, (2), 357-382.
- Scarpin, J. E.; Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública*, 41(5), 909-933.
- Siedenberg, D. R. (2003). Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: Uma síntese. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 1, (1), 45-71.
- Sousa, P. F. B., Gomes, A. de O., Lima, A. O., Peter, M. da G. A., & Machado, M. V. V. (2011) Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: Uma análise utilizando dados em painel. Anais Congresso Brasileiro de Custos – CBC, Rio de Janeiro, Brasil, 18.
- Sousa, P. F. B de, Lima, A. O., Nascimento, C. P. S. do. Peter, M. G. A., Machado, V. V. M., & Gomes, A de O. (2013). Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. *Revista evidenciação contábil & finanças*, 1, (1), 58-70.
- Taques, F. H.; Mazutti, C. C. de T. P. da C. (2010). Qual a relação entre desigualdade de renda e nível de renda per capita? Testando a hipótese de Kuznets para as unidades federativas brasileiras. *Planejamento e políticas públicas*, 35, (1), 5-20.
- Viana, A., Silva, E. S., Almeida, F. P. A., Anjos Junior, O. R., Silva, L. A. S. C., Rodrigues, M. P., Costa Neta, R. L., Figueiredo, N. R. M. & Santana, F. L. (2011). *Eficiência dos gastos públicos de João Pessoa*: um estudo empírico entre as políticas públicas de educação e saúde dos municípios da região metropolitana. Recuperado de <http://www.recantodasletras.com.br/arti-gos/3087722>